

a



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº24/2025
Período: 12/07/2025 a 18/07/2025
GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Trama golpista I: marcadas as audiências para testemunhas dos demais núcleos
- 2- Trama golpista II: Procuradoria-Geral da República pede condenação de ex-presidente Bolsonaro
- 3- Trama golpista III: testemunhas de defesa são ouvidas no Supremo Tribunal Federal
- 4- Trama golpista IV: tenente-coronel pode não ter perdão concedido
- 5- Folha de S. Paulo pauta debate sobre gastos militares do Brasil
- 6- Projetos da agenda econômica como a Reforma da Previdência dos militares tem processo travado em meio a embate entre governo e Congresso
- 7- Levantamento atualizado das armas de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs)
- 8- Estreia do Podcast Nunca Mais resgata informações sobre operação que revelou torturas ocorridas na ditadura
- 9- Militares têm aumento de salário aprovado pelo Senado
- 10- Audiência esvaziada no STF é marcada por embate entre o ministro Alexandre de Moraes e advogado
- 11- Viagem de Anderson Torres antes do 8 de janeiro é questionada pela Procuradoria-Geral da República

1- Trama golpista I: marcadas as audiências para testemunhas dos demais núcleos

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou em 14/07/2025 as audiências das testemunhas relacionadas às acusações e defesas dos réus dos núcleos 2, 3 e 4 da trama golpista, iniciando uma nova etapa que tem como objetivo reunir elementos probatórios com base nos relatos das testemunhas. Nesse processo é permitido esclarecer fatos e fortalecer as teses apresentadas por cada parte. As audiências são conduzidas pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, responsável pela inquirição das testemunhas e relator das ações penais. Segundo o jornal, o núcleo 2 é composto pelos acusados de elaborar a "minuta do golpe", onde estão o delegado da Polícia Federal Fernando de Sousa Oliveira, o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques, o ex-assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República Filipe Garcia Martins Pereira, o ex-assessor da Presidência Marcelo Costa Câmara, o general da reserva do

Exército Mário Fernandes e a ex-diretora de Inteligência da Polícia Federal Marília Ferreira de Alencar. O núcleo 3 é composto pelos acusados de serem responsáveis pelas ações táticas da trama golpista, relacionadas à operação "Punhal Verde e Amarelo", que seria executada em 15/12/2022 para assassinar autoridades como os eleitos presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente Geraldo Alckmin, e o ministro Moraes. Neste grupo estão os acusados: coronéis Bernardo Romão Corrêa Netto, Márcio Nunes de Resende Júnior, Fabrício Moreira de Bastos; os tenente-coronéis Hélio Ferreira Lima, Rafael Martins de Oliveira, Rodrigo Bezerra de Azevedo, Ronald Ferreira de Araújo Júnior, Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros; o general da reserva Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira e o agente da Polícia Federal Wladimir Matos Soares. Já o núcleo 4 é composto pelos acusados de serem responsáveis pela desinformação no contexto da campanha contra o processo eleitoral de 2022, divulgação de notícias falsas e ataques às autoridades e instituições. Neste grupo estão os acusados: ex-major Ailton Moraes Barros, o major da reserva Ângelo Denicoli, o subtenente Giancarlo Rodrigues, o tenente-coronel Guilherme Almeida, o coronel Reginaldo Abreu, o agente da Polícia Federal Marcelo Bormevet e Carlos César Moretzsohn Rocha, presidente do Instituto Voto Legal (IVL). Após as audiências serem encerradas, se inicia a etapa de interrogatório dos réus. A lista de testemunhas de defesa revelou figuras do cenário militar e político. Por exemplo, para a defesa de Filipe Garcia Martins Pereira, alguns nomes destacam-se como os ex-comandantes das Forças Armadas, Marco Antônio Freire Gomes (ex-comandante do Exército) e Carlos De Almeida Baptista Junior (ex-comandante da Aeronáutica), que, segundo o delator tenente-coronel Mauro Cid, teriam participado de uma reunião onde foi discutida a possibilidade de uma ruptura institucional. A defesa de Ailton Gonçalves conta também com os testemunhos de Freire Gomes e Baptista Junior. Para a defesa de Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, além de Freire Gomes, também conta com o depoimento do ex-vice-presidente Hamilton Mourão, que hoje é senador. Já para a defesa de Rafael Martins de Oliveira, foi chamado Baptista Junior e o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho. (Correio Braziliense – Política – 13/07/25)

2- Trama golpista II: Procuradoria-Geral da República pede condenação de ex-presidente Bolsonaro

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense* reportaram que no dia 14/07/2025 a Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a condenação de Jair Messias Bolsonaro e outros sete ex-integrantes do governo por tramarem um golpe de Estado durante as eleições de 2022. Entre os indiciados estão o tenente-coronel do Exército Mauro Cid, o almirante Almir Garnier, ex-comandante da Marinha, Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional, o general da reserva Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa, e o general da reserva Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa. Segundo *O Estado de S. Paulo*, a defesa dos réus agora pode apresentar seus fundamentos aos ministros da Primeira Turma. O *Correio Braziliense* também reforçou a resposta do ex-presidente, que publicou em suas redes sociais que o julgamento se trata de uma conspiração para “destruí-lo”. Antes da manifestação da PGR, o *Correio* publicou reportagem em que Hanna Gomes, especialista em direito internacional

e penal, argumentava que a carta enviada por Donald Trump ao governo brasileiro em 09/07/2025 não deveria interferir na decisão da PGR, uma vez que como instituição autônoma do Ministério Público, o procurador atua com independência funcional e as pressões externas não devem influenciar em sua análise jurídico-técnica. Segundo *O Estado de S. Paulo*, dois aspectos apontam para tentativa de impossibilitar a aplicação da lei penal no caso do ex-presidente Bolsonaro, mas não são suficientes para decretar prisão preventiva. O primeiro refere-se à movimentação política de seu filho, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), nos Estados Unidos, que atua na intimidação do STF diante do avanço penal contra o pai. Igualmente, o ministro Alexandre de Moraes prorrogou por mais dois meses o inquérito que apura a interferência do deputado nas investigações sobre o 8 de janeiro de 2023. O segundo aspecto diz respeito à carta mencionada que, em tom de ameaça, aponta o tratamento dado ao ex-presidente como “vergonha internacional” e exige o fim da “caça às bruxas”, além de anunciar o aumento das tarifas comerciais sobre o Brasil. (Correio Braziliense - Política - 12/07/25; Correio Braziliense – Política - 15/07/25; Folha de S. Paulo - Política - 15/07/25; O Estado de S. Paulo - Política - 12/07/25; O Estado de S. Paulo - Política - 15/07/25)

3- Trama golpista III: testemunhas de defesa são ouvidas no Supremo Tribunal Federal

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou as audiências para os depoimentos das testemunhas de defesa do núcleo difuso definido pela Procuradoria-Geral da República (PGR) acusado de tentativa de golpe de Estado. No dia 14/07/25 foram as oitivas indicadas pela acusação e a do delator no processo, tenente-coronel Mauro Cid. O *Correio Braziliense* acrescentou o detalhe da delação de Mauro Cid em que afirma que o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro havia participado diretamente da elaboração da “minuta do golpe” e pediu modificações após revisão. A lista de réus é composta por militares acusados de organizar ataques em massa contra os chefes das Forças Armadas que foram contrários ao golpe, além de conter integrantes da chamada “Abin paralela” e de grupos que espalhavam informações falsas sobre as urnas eletrônicas. Enquanto o processo do grupo principal acusado de liderar a tentativa de golpe está em seus momentos finais e com expectativa de que o julgamento comece no início de setembro, os demais núcleos ainda estão na primeira etapa. Os denunciados desse núcleo são Ailton Barros (capitão expulso do Exército), Ângelo Denicoli (major da reserva do Exército), Giancarlo Gomes Rodrigues (sargento do Exército), Guilherme Marques de Almeida (tenente-coronel do Exército), Reginaldo Vieira de Abreu (coronel do Exército), Marcelo Bormevet (policial federal) e Carlos Cesar Rocha (presidente do Instituto Voto Legal). O ex-comandante do Exército, Marco Antônio Freire Gomes, e o ex-chefe da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista Júnior, foram chamados pela Defensoria Pública da União, que defende Ailton Barros, para prestarem depoimento à corte. O militar expulso do Exército, Ailton Barros, é acusado de proporcionar ataques virtuais contra oficiais-generais que eram contra as intenções golpistas do então presidente Jair Bolsonaro. As principais provas de suas ações foram encontradas em mensagens de seu celular. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, durante o depoimento para o STF, o ex-comandante da

Aeronáutica Carlos de Almeida Baptista Júnior afirmou que os ataques que recebeu na internet por ser contrário à tentativa de golpe tinham a intenção de “mudar a nossa postura legalista”. A PGR apontou que os ataques mencionados mostram a participação do general Walter Braga Netto na trama do golpe, onde é acusado de ter dado ordens para que o ex-major Ailton Gonçalves Barros promovesse ataques pessoais ao então comandante do Exército, general Marco Antonio Freire Gomes, ao então chefe da Aeronáutica Carlos de Almeida Baptista Júnior e seus familiares. De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, Baptista Júnior afirmou durante a audiência de testemunhas do núcleo 04 que o relatório encomendado pelo Partido Liberal (PL) e produzido pelo Instituto Voto Legal (IVL) que apontou falhas nas urnas eletrônicas após as eleições de 2022 estava incorreto. Segundo Baptista Júnior, após receber o documento diretamente de Bolsonaro, ele solicitou a um coronel da equipe do Ministério da Defesa que tinha experiência na área para revisar os resultados do material. De acordo com Baptista Júnior, o coronel o informou dias depois que havia um erro de programação que resultou na suposta falha de algumas urnas. Segundo o ex-comandante, embora o relatório tenha sido elaborado pelo IVL, o presidente do Instituto, Carlos Rocha, não mencionou em nenhum momento a possibilidade de fraude das urnas durante uma ligação feita no dia 14/11/2022. O relatório recebido e discutido era uma versão preliminar e o tenente-brigadeiro informou que não recebeu o documento final, mas que chegou a ver a resposta do Tribunal Superior Eleitoral sobre a avaliação do relatório. (*Correio Braziliense* — Política — 15/07/25; *Correio Braziliense* – Política – 16/07/25; *Folha de S. Paulo* – Política – 16/07/25; *O Estado de S. Paulo* – Política – 16/07/25)

4- Trama golpista IV: tenente-coronel pode não ter perdão concedido

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu para que a pena do tenente-coronel Mauro Cid seja reduzida, mas que não seja concedido o perdão. O motivo é que mesmo que tenha entregado seus companheiros da trama golpista, ele mudou de versão várias vezes e tentou obstruir as investigações, conforme consta na alegação final. A proposta é que a pena seja reduzida em um terço, mas sem o perdão total, por conta da colaboração parcial. Segundo Gonet, o tenente-coronel agiu de forma contraditória, omitindo informações e tendo resistência com "obrigações integrais pactuadas". De acordo com o procurador-geral, o militar apresentou durante o processo uma "narrativa seletiva" e foi resistente em reconhecer sua efetiva participação na trama. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o posicionamento do procurador-geral consta nas alegações finais que foram entregues ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 14/07/25. O documento também aponta que Mauro Cid não era apenas um subordinado administrativo ou um executor, mas que era um agente que tinha plena confiança por parte do então presidente Jair Bolsonaro e era dotado de autonomia operacional. Em coluna opinativa no periódico *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Marcelo Godoy avaliou que mesmo tendo atuado como delator, Mauro Cid não vai conseguir escapar de passar um tempo na prisão e que é provável que a pena passe de dois anos, o que faria com que o comando do Exército expulsasse Cid da Instituição. Godoy explicou que em caso de condenação, todo oficial é submetido ao Conselho de Justificação, sendo declarada a indignidade para o oficialato e

cassado o posto e a patente do militar. De acordo com o colunista, o comando da Força já tinha a intenção de submeter Mauro Cid ao Conselho de Justificação, mesmo com o perdão do STF, e ao pedir a condenação do tenente-coronel, o procurador-geral estaria prestando um favor ao Exército. Ainda de acordo com *O Estado de S. Paulo*, nas alegações finais, a PGR também afirmou que o almirante Almir Garnier, ex-comandante da Marinha, aderiu ao projeto golpista e que essa participação não pode ser minimizada. Quando foi interrogado em junho de 2025 pelos ministros do STF, o almirante negou ter colocado as tropas ao dispor de Bolsonaro para o golpe. Segundo Garnier, ele seguiu a hierarquia "à risca" e que só seria permitido questionar a ordem "flagrantemente ilegal", ou seja, quando estivesse ocorrendo o crime, o que de acordo com ele não ocorreu. Ainda nas alegações, Gonet relembrou o desfile militar realizado pela Marinha em agosto de 2021, na Praça dos Três Poderes, que ocorreu no mesmo dia em que a Câmara dos Deputados votou uma proposta de emenda à Constituição sobre o "voto impresso". Segundo o procurador-geral, o desfile foi utilizado para "naturalizar a ideia da intervenção militar". A PGR concluiu que ao promover aquele evento, Garnier tinha conhecimento das reais intenções do governo Bolsonaro. De acordo com o depoimento do ex-comandante da Aeronáutica, o tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, Almir Garnier foi o único comandante a se colocar à disposição e oferecer as tropas em caso de uma eventual ruptura. (Correio Braziliense – Política – 16/07/25; Folha de S. Paulo – Política – 16/07/25; O Estado de S. Paulo – Política – 16/07/25)

5- Folha de S. Paulo pauta debate sobre gastos militares do Brasil

Em coluna opinativa à *Folha de S. Paulo*, Raul Jungmann, ex-ministro de Defesa e Segurança Pública, e Flávio Basílio, ex-secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, argumentaram a favor do aumento dos gastos militares do Brasil. Para eles, a despeito da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2023 impor rigidez orçamentária, uma vez tratada como obrigação fiscal, ela pode ser um mecanismo de política industrial, impulsionando a competitividade brasileira na indústria de alta tecnologia por meio do fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID), do desenvolvimento científico e da expansão das exportações de produtos de alto valor agregado. Segundo Jungmann e Basílio, pelo fato de não haver um mercado livre de defesa, é necessário estabelecer medidas para realizar os objetivos descritos acima, como oferecer tratamento isonômico à indústria nacional de defesa, expandir o regime tributário a fim de incluir compras para a segurança pública, integrar o Ministério de Defesa às discussões sobre compras públicas e acordos offset, além de facilitar e estimular o processo de exportação, visto que o mercado de defesa representa parte considerável do produto interno bruto de países desenvolvidos. Assim, segundo eles, o país deve assumir uma política atuante em diplomacia de defesa a fim de garantir a abertura de mercados, apoio às empresas e projeção geopolítica, e orientam para o estabelecimento de fundos binacionais para produtos de defesa. Entretanto, para Gunther Rudzit e Leonardo Trevisan, ambos docentes de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), elevar os gastos militares do país não representa maior capacidade para enfrentar os atuais conflitos. Isso porque a exemplo da guerra na Ucrânia, confirma-se a necessidade de reestruturação das Forças Armadas no mundo inteiro e, para além disso, a guerra moderna demanda diversas condições como

redes de transporte e segurança cibernética, cadeias de suprimento, vigilância, infraestrutura de rede de comunicação segura, entre outros. Conforme os docentes, o Brasil possui um Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas incapaz de preparar o país para o padrão mínimo de defesa exigido, visto que cada Força realiza o planejamento de forma independente, apesar de praticarem exercícios conjuntos. Na visão de Rudzit e Trevisan, para alcançar o padrão mínimo, recomenda-se ter um Estado Maior-Conjunto com projeto único, além de todos requisitos, capacidades e doutrinas necessárias. Apontam também para a necessidade de desenvolvimento da indústria de defesa, considerada fundamental para a defesa do interesse nacional. Por fim, os docentes alertaram para a necessidade de discussão sobre a capacitação das Forças Armadas no Congresso Nacional, que assim como o Executivo ignora os riscos da realidade a qual o Brasil não está imune. (Folha de S. Paulo - Política - 12/07/25)

6- Projetos da agenda econômica como a Reforma da Previdência dos militares tem processo travado em meio a embate entre governo e Congresso

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, projetos da agenda econômica do governo, como a Reforma da Previdência dos militares e a limitação aos supersalários, estão parados na Câmara dos Deputados e no Senado em um semestre marcado pelo embate entre os Poderes e os partidos da base. Um exemplo é a Reforma da Previdência dos militares, que foi anunciada no pacote de corte de gastos de 2024 e chegou à Câmara dos Deputados em dezembro, mas não teve andamento desde então. A distribuição para as comissões que avaliam tais projetos é de responsabilidade do presidente da Câmara, o deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB), que recentemente informou que pediu à sua assessoria para levantar a situação do projeto, pois pretende discutir o assunto. Segundo a *Folha*, a principal oposição ao projeto deve vir de parlamentares provenientes das Forças Armadas. O deputado general Girão (PL-RN) defende que não existe déficit no sistema de pensões e pagamentos de aposentadorias dos militares e que o governo deve cortar seus próprios gastos. O Partido Liberal, oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é um dos que pedem a relatoria do texto. O projeto de lei para a Reforma da Previdência dos militares (PL 4920/2024) prevê a idade mínima de 55 anos para reserva, fim da pensão para militares expulsos por condenações e regra de transição até 2032. (Folha de S. Paulo – Política – 13/07/25)

7- Levantamento atualizado das armas de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs)

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, os dados sobre a quantidade de armas sob o controle de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs) foram atualizados e divulgados pela Polícia Federal (PF) em 15/07/25. De acordo com o levantamento, há 41.624 armas no Distrito Federal, enquanto há um total de 29.838 certificados de registro. A diferença é explicada porque um CAC pode ter mais de uma arma registrada no mesmo certificado. A Polícia Federal assumiu a fiscalização dos CACs em 01/07/25. O Exército Brasileiro, responsável pela fiscalização até 30/06/25, forneceu a base de dados que deu origem às informações. A transferência do Exército para a PF ocorreu pelo Decreto nº 11.615, de 21/07/23, que determinou que a atualização, controle e fiscalização de armas, acessórios e munições de colecionamento, caça

excepcional e tiro desportivo, assim como o porte de trânsito fossem migrados para a Polícia Federal. O Exército compartilhou o banco de dados, os códigos-fonte e demais recursos digitais. As equipes da Polícia Federal passaram pelas capacitações necessárias para os sistemas corporativos do Exército, o Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (SisFPC) e o Sistema de Gestão Corporativo (SisGCorp). (Correio Braziliense – Segurança – 16/07/25)

8- Estreia do Podcast Nunca Mais resgata informações sobre operação que revelou torturas ocorridas na ditadura

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o podcast Nunca Mais estreou no dia 15/07/25 e apresenta os bastidores da maior operação investigativa que revelou as violações dos direitos humanos durante a ditadura militar (1964-1985). A produção é transmitida pelo jornalista e escritor Camilo Vannuchi, conta com a realização do Grupo Prerrogativas e o roteiro da NAV Reportagens. A série apresenta os detalhes únicos de um grupo de jornalistas, advogados, ativistas e religiosos que atuaram, de forma clandestina, para resgatar os documentos oficiais antes que fossem destruídos. Os episódios são lançados semanalmente às terças, pelo YouTube e plataformas de áudio. O primeiro episódio, chamado “Eles vão queimar todos os processos!”, apresenta ao ouvinte o início da operação secreta que ocorreu entre 1979 e 1985 e conseguiu fazer a cópia de mais de um milhão de páginas de processos políticos que estavam arquivados no Supremo Tribunal Militar. Os documentos exibiam as mortes, desaparecimentos e torturas provocadas por agentes do Estado. O livro “Brasil: Nunca Mais”, lançado em 1985, foi resultado dessas descobertas e ganhou uma edição comemorativa pela Editora Vozes em homenagem aos 40 anos do lançamento. (Folha de S. Paulo – Ilustrada – 16/07/25)

9- Militares têm aumento de salário aprovado pelo Senado

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que o Senado aprovou o projeto que transforma em lei a medida provisória que autorizou o reajuste dos soldos dos militares das Forças Armadas. O texto segue para ser promulgado. A medida estabelece um aumento em duas parcelas de 4,5% cada: a primeira, aplicada em abril de 2025, já está em vigor; a segunda está prevista para janeiro de 2026. A Câmara dos Deputados já havia dado aval à proposta. Com o reajuste, cargos como almirante de esquadra, general do Exército e tenente-brigadeiro, que até março de 2025 recebiam R\$ 13.471, passaram a receber R\$ 14.077 a partir de abril. Em 2026, o valor sobe para R\$ 14.711. Já nas patentes mais baixas das três Forças, o soldo será ajustado de R\$ 1.078 para R\$ 1.177 em 2026. Segundo o governo, cerca de 740 mil militares e pensionistas serão contemplados com os aumentos. O impacto previsto no orçamento é de R\$ 3 bilhões na primeira etapa e de R\$ 5,3 bilhões no ano seguinte. (O Estado de S. Paulo - Política - 17/07/25)

10- Audiência esvaziada no STF é marcada por embate entre o ministro Alexandre de Moraes e advogado

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* informou que uma das audiências no STF relativa à tentativa de golpe de 2022 foi marcada por baixa participação e novo confronto entre o ministro Alexandre de Moraes e o advogado Jeffrey

Chiquini, defensor do ex-assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República do governo de Jair Bolsonaro, Filipe Garcia Martins Pereira. Das 22 testemunhas indicadas, somente duas compareceram: o senador Ciro Nogueira e o general da reserva Gonçalves Dias. Segundo o jornal, a maioria das ausências ocorreu porque Moraes intimou apenas as testemunhas da acusação, deixando de fora as indicadas pelas defesas. Durante o depoimento de Gonçalves Dias, houve um desentendimento entre Moraes e Chiquini, que insistiu em perguntas repetidas e foi repreendido por chamar os invasores do 8 de janeiro de "vândalos". Moraes interrompeu o advogado e cortou seu microfone, afirmando que os envolvidos são "golpistas, já condenados". Outros convocados, como ex-comandantes das Forças Armadas e ex-diplomatas, não compareceram, e pedidos da defesa para remarcar depoimentos foram negados. Algumas testemunhas tiveram os depoimentos dispensados, com possibilidade de envio de declarações por escrito. O STF ainda não divulgou o número total de ausências. (Folha de S. Paulo - Política- 17/07/25)

11- Viagem de Anderson Torres antes do 8 de janeiro é questionada pela Procuradoria-Geral da República

O jornal *Folha de S. Paulo* reportou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) levantou suspeitas sobre a veracidade da viagem de férias à Disney feita por Anderson Torres, ex-secretário de Segurança do Distrito Federal, dias antes dos ataques de 8 de janeiro. Em alegações finais enviadas ao Supremo Tribunal Federal, a PGR afirmou que o único comprovante inicialmente apresentado foi um print de passagem aérea, sem bilhete oficial ou recibo. Após a acusação, a defesa de Torres anexou novos documentos, como comprovantes de emissão de passagens, aluguel de carro e atestado da agência de viagens, alegando que a viagem foi legítima e planejada de antemão. A PGR, porém, consultou a companhia aérea Gol, que informou que o localizador do voo não correspondia aos dados de Torres. A defesa, contudo, rebateu as acusações, alegando perseguição. Argumentou ainda que localizadores de passagens podem ser reciclados pelo sistema da companhia aérea, o que explicaria a inconsistência. O caso de Torres integra o principal processo sobre a tentativa de golpe de Estado. (Folha de S. Paulo - Política - 17/07/25)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Isabelle Costa

Equipe redação

Camila Mika Ozassa Sawada

Éryka Sammara Carnieletto Bento

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isadora Helena Caleguer Figueiredo

Julia Helena Esmeraldo

Letícia Pereira de Lima

Lucas Biagini Muniz e Borges

Manuela Zelira de Menezes Torres

Maria Luiza de Barros Costacurta

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Sala